

Principais julgamentos e pautas em âmbito tributário  
Atualizado em 09 de março de 2021

JULGADOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Recurso	Tema em Discussão	Resultado/ Tese fixada	Status
RE nº 599.316	Embargos de Declaração da União - Limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS E COFINS relativamente ao ativo imobilizado adquirido até 30 de abril de 2004.	O Tribunal, por unanimidade de votos, desproveu os embargos de declaração da União, que suscitava suposta contradição entre os votos vencedores e a tese firmada para fins de repercussão geral.	Julgado no dia 06.03.2021

PAUTADOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

EREsp nº 1.768.224/RS e EAREsp nº 1.109.354/SP	Pacificação da divergência entre as turmas de direito público do STJ, uma vez que na 1ª Turma já se admite a possibilidade de creditamento do PIS e da COFINS no regime monofásico, em razão da aplicação do art. 17 da Lei nº 11.033/2004 (REPORTO) a todos os contribuintes.	Após o voto do min. Napoleão Nunes (Relator) favorável aos contribuintes, pediu vista a min. Regina Helena.	Pauta do dia 10/03/2021
REsp nº 1.358.837/SP e outros	<b>Tema 961</b> - Discute-se a possibilidade, ou não, de fixação de honorários advocatícios em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta.	Julgamento virtual não iniciado.	Pauta do dia 10/03/2021